

# EPISTEMOLOGIAS E ENSINO DA HISTÓRIA

**Coord.**

Cláudia Pinto Ribeiro

Helena Vieira

Isabel Barca

Luís Alberto Marques Alves

Maria Helena Pinto

Marília Gago

# FICHA TÉCNICA

## TÍTULO

Epistemologias e Ensino da História  
(XVI Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)

## COORDENAÇÃO

Cláudia Pinto Ribeiro  
Helena Vieira  
Isabel Barca  
Luís Alberto Marques Alves  
Maria Helena Pinto  
Marília Gago

## EDIÇÃO: CITCEM

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

## ISBN

978-989-8351-74-6  
Porto, 2017

*Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.*



## LICENCIATURA EM HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA REFLEXÃO À LUZ DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

GÉRSO WASEN FRAGA

MIGUEL ENRIQUE ALMEIDA STÉDILE

*Universidade Federal da Fronteira Sul; Instituto de Educação Josué de Castro*

**RESUMO:** No segundo semestre de 2013, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) passou a oferecer turmas em regime de alternância, dentro das normas do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), possibilitando a alunos que de outra forma não teriam acesso ao ensino universitário, o acesso aos bancos universitários. Uma das turmas pioneiras nesta experiência integra o curso de Licenciatura em História do campus Erechim. A trajetória em andamento desta turma (“Turma Eduardo Galeano”), fruto de uma parceria entre a UFFS e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) é o objeto deste texto, onde procura-se refletir sobre os impactos da articulação entre movimento social e Universidade para a educação histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Ensino de História, Movimentos Sociais, Democratização do Ensino Superior.*

## A UFFS

A elitização é uma marca estrutural da Universidade brasileira. Enquanto os demais países da América Latina e inglesa registram suas primeiras instituições de ensino superior ainda no período colonial, o Brasil só teria sua primeira Universidade em 1912. Ainda assim, o acesso à graduação – o próprio termo “ensino superior” é denotativo do seu caráter elitista – permaneceu seletivo e restrito, ao mesmo tempo em que conotava o pertencimento a uma classe distinta. Na década de 1970, apenas 300 mil brasileiros estavam matriculados em uma faculdade, cerca de 3% da população.

Assim, no lumiar do século XXI, o ensino superior no Brasil ainda enfrentava os desafios correspondentes à reduzida oferta de vagas nas instituições oficiais, a distribuição desigual das Instituições de Ensino Superior (IES) sobre o território nacional, e a descontrolada oferta de vagas no setor privado, comprometendo, dessa forma, o acesso e a qualidade geral do ensino superior.

A busca pela superação desse quadro de carências foi um obstáculo a ser enfrentado na primeira década deste século, presenciando um grande crescimento do ensino superior. Novas universidades federais foram criadas em todas as regiões do Brasil, tais como a Universidade Federal dos Vales do Jequetinhonha e Mucuri (UFVJM) em 2005, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) em 2008, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em 2008 ou a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em 2010. Estas novas instituições de ensino possuem em comum o objetivo de promover uma maior interiorização do ensino superior, fixando profissionais qualificados em regiões outrora desassistidas pelo ensino superior público e combatendo, ao mesmo tempo, os desequilíbrios de desenvolvimento entre as diversas regiões do país.

Neste contexto de reivindicações democráticas, a história da Universidade Federal da Fronteira Sul começa a ser forjada nas lutas dos movimentos sociais populares da região sul do Brasil, lugar de denso tecido de organizações sociais e berço de alguns dos mais importantes movimentos populares do campo do país. Tal característica contribuiu para a formulação de um projeto de universidade que possa fixar os homens e mulheres em suas regiões de origem, promovendo assim a interiorização do ensino superior no país, ao mesmo tempo em que se busca combater o êxodo rumo às capitais, em um processo de “litoralização” de cérebros e da força de trabalho qualificada. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar uma universidade pública e popular para a região, destacam-se a Via Campesina – articulação de movimentos sociais camponeses, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST) e o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) – e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Inicialmente proposta de forma independente nos três estados, a articulação de uma reivindicação unificada de uma universidade pública para toda a região – a partir de 2006 – deu um impulso decisivo para sua conquista. A Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno possui características específicas que permitiram a formulação de um projeto comum de universidade. É uma região com presença marcante da agricultura familiar e camponesa e a partir da qual se busca construir uma instituição pública de educação superior como ponto de apoio para repensar o processo de modernização no campo, que, nos moldes nos quais foi implementado, foi um fator de concentração de renda e riqueza.

Para fazer frente a esses desafios, o Movimento Pró-Universidade apostou na construção de uma instituição de ensino superior distinta das experiências existentes na região. Por um lado, o caráter público e gratuito a diferenciaria das demais instituições da região, privadas ou comunitárias, sustentadas na cobrança de mensalidades. Por outro lado, essa proposta entendia que para fazer frente aos desafios encontrados, era preciso mais do que uma universidade pública, era necessário a construção de uma universidade pública e popular. Esse projeto de universidade aposta na presença das classes populares na universidade e na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para a região, tendo como seu eixo estruturador a agricultura familiar e camponesa. Busca, portanto, servir à transformação da realidade, opondo-se à reprodução das desigualdades que provocaram o empobrecimento da região.

Como expressão de seu processo de discussão, o movimento pró-universidade forjou a seguinte definição que expressa os pontos fundamentais de seu projeto, servindo como base a todo o processo de construção da UFFS:

*O Movimento Pró-Universidade propõe uma Universidade Pública e Popular, com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento. (UFFS, 2008, p.9)*

Na definição dos cursos de graduação, a Comissão de Implantação da UFFS priorizou as áreas das Ciências Agrárias e Licenciaturas, tendo em vista a importância da agroecologia para a Região, a necessidade de tratamento dos dejetos, os problemas ambientais gerados pelas agroindústrias, as perspectivas da agricultura familiar e camponesa, e a sua centralidade no

projeto de desenvolvimento regional proposto pela Instituição. Já o foco nas licenciaturas se justifica pela integração às políticas do governo federal de valorizar as carreiras do magistério.

No âmbito da graduação, além das atividades de extensão e de pesquisa, o currículo foi organizado em torno de um domínio comum, um domínio conexo e um domínio específico. Tal forma de organização curricular tem por objetivo assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação ao mesmo tempo cidadã, interdisciplinar e profissional, possibilitando aperfeiçoar a gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência, ampliar as oportunidades de acesso à comunidade.

É dentro deste contexto que, no ano de 2009, foi criada, através da Lei 12.029/09, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), instituição pública de ensino superior, com caráter multicampi e espalhada pelos três estados da região sul do Brasil. A UFFS possui atualmente unidades em seis cidades diferentes (no estado do Rio Grande do Sul: Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo; no estado de Santa Catarina: Chapecó, onde localiza-se sua reitoria; e no estado do Paraná: Laranjeiras do Sul e Realeza), possuindo cursos de licenciatura em História em dois destes campus: Chapecó e Erechim. Deve também ser destacado que a criação desta instituição atendeu assim a uma antiga demanda de diversos movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades sindicais e setores progressistas da Igreja Católica que desde 2005 reuniram-se no já referido Movimento Pró-Universidade Federal, lutando pela criação de uma instituição federal de ensino superior em regiões historicamente desassistidas do sul do Brasil.

Segundo Pereira (2015), cinco ineditismos caracterizam o diferencial da UFFS:

*1) Ineditismo regional – é a primeira experiência de universidade federal na sua região de abrangência e que se organiza em três estados da federação; 2) Ineditismo de acesso – desde o início, sem vestibular, e considerando o ENEM mais o “fator escola pública” como política afirmativa; 3) Ineditismo político – tem como “marca de origem” a mobilização de sujeitos políticos dos três estados da região sul; 4) Ineditismo curricular – a proposta de organização curricular em três domínios (comum, conexo e específico); 5) Ineditismo social – projetada como uma universidade popular, a UFFS se constitui com mais de 90% de seus estudantes oriundos da escola pública (PEREIRA, 2015, p.131)<sup>168</sup>*

A UFFS surge desta forma com uma “marca de origem”: sua aproximação aos movimentos populares e às forças progressistas da sociedade, democratizando o acesso ao ensino superior público em sua região de abrangência, ao mesmo tempo em que se propõe a dinamizar o desenvolvimento regional.

---

168 O “Vestibular” é a mais tradicional e durante anos a única forma de acesso à universidade pública no Brasil. Nesta modalidade, os candidatos se inscrevem para a seleção de um determinado curso, em uma determinada instituição. A seleção é feita unicamente através de provas objetivas das diversas áreas do conhecimento, realizada de forma simultânea por todos os candidatos, pressupondo uma ideia de “igualdade de condições” para todos. O sistema, no fundo, privilegia aqueles que tiveram a oportunidade de uma melhor formação ao longo de sua trajetória escolar, reproduzindo as desigualdades sociais embasadas em uma falsa meritocracia.

## O ITERRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

O Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) foi criado em 1995, em Veranópolis, na serra gaúcha, a partir das experiências acumuladas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>169</sup> na área de educação, e foi o primeiro mantenedor do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC)<sup>170 171</sup>, escola de ensino médio e profissionalizante para jovens e adultos vinculados aos movimentos sociais do campo.

O IEJC foi criado a partir da demanda de formação profissional para atuar nos assentamentos de reforma agrária, inicialmente técnicos em cooperativismo, para organização de empreendimentos econômicos sociais, como associações e cooperativas, e educadores para o ensino fundamental. Ao longo dos anos, ampliou a oferta de cursos para a formação de Técnicos Agentes de Saúde Comunitária e Comunicação Popular. Segundo seu Projeto Pedagógico:

*A finalidade principal do Instituto é participar de um projeto de humanização das pessoas que ajude também a formar os sujeitos sociais da construção de um projeto de desenvolvimento do campo e de país comprometido com a soberania nacional, com a Reforma Agrária e outras formas de desconcentração da renda e da propriedade, com a solidariedade, com a democracia popular e com o respeito ao meio ambiente (ITERRA, 2001).*

Além dos cursos de ensino médio profissionalizante, o IEJC passou a ofertar cursos de graduação em parceria com Instituições de Ensino Superior, nos marcos do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia do governo federal que através de editais específicos, visa selecionar projetos educacionais de nível superior para populações beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário, promovendo as condições para que assentamentos rurais possam se desenvolver através da qualificação técnica e tecnológica.

Nesta parceria entre Instituto, poder público e Instituições de Ensino Superior, já foram ofertados outros cursos, tais como os de Pedagogia da Terra com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e Licenciatura em Educação do Campo com a Universidade de

---

169 Movimento social camponês, criado em 1984 e atualmente organizado em 24 estados do Brasil. Organiza-se na luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade, reunindo 350 mil famílias assentadas, que conquistaram a terra através da luta social, e 120 mil famílias acampadas, que permanecem em luta pelo acesso à terra concentrada pelo grande latifúndio e o agronegócio. Sua principal forma de luta é a ocupação dos latifúndios, além de marchas, greves de fome, ocupação de prédios públicos e, articulada ao conjunto das lutas, a própria ocupação da escola, pela entrada nela dos camponeses organizados, com seu projeto para o campo, para o Brasil e para a sociedade como um todo.

170 Sobre a trajetória, projeto e método pedagógico do IEJC, ver CALDART et al. (2013).

171 A partir de 2008, o ITERRA deixou de ser mantenedor do IEJC para se concentrar na oferta de cursos de graduação e pós-graduação em parcerias, porém ainda realizando estes cursos no Instituto de Educação Josué de Castro, como é o caso deste curso de Licenciatura em História.

Brasília (UNB). Esta experiência anterior na oferta de cursos universitários em regime de alternância coaduna-se, desta forma, como o histórico de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul e sua relação com os Movimentos Sociais do campo e suas demandas, criando assim as condições iniciais de interesse e predisposição para uma atividade conjunta visando a formação de educadores e educadoras para as áreas de assentamento da reforma agrária.

## **O CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA ITERRA-UFFS**

O papel de protagonistas que os movimentos sociais assumiram na construção da Universidade Federal da Fronteira Sul, em conjunto com outros setores progressistas e populares da sociedade, e que demarcaram o caráter popular da “marca de origem” da UFFS, aproximou o curso de Licenciatura em História do campus Erechim e o ITERRA, resultando na apresentação em 2012, em um trabalho de parceria, da proposta de criação de um curso de licenciatura em História dentro das normas do PRONERA.

No caso do projeto apresentado, objetivava-se criar uma turma de cinquenta educandos, beneficiários da Reforma Agrária que, uma vez formados, possam atuar como professores da disciplina de História nas escolas existentes dentro de assentamentos rurais. Trata-se, portanto, de um projeto de formação de professores do campo e para o campo. Submetida ao edital PRONERA nº 3, de julho de 2012, a proposta foi aprovada, obtendo o primeiro lugar dentre sete propostas selecionadas. Submetida à Câmara de Graduação da UFFS, a proposta obteve parecer favorável em novembro de 2012. Assim, após um período de organização, divulgação e seleção, as aulas iniciaram em setembro de 2013, com cinquenta alunos vindos de dez estados diferentes, contemplando todas as regiões geográficas do Brasil que, de outro modo, dificilmente teriam acesso ao ensino superior, dado o distanciamento entre suas comunidades e as instituições públicas de ensino.<sup>172</sup>

Embora o Projeto Pedagógico do curso apresente uma grade curricular semelhante à do curso de licenciatura desenvolvido no campus Erechim, o curso desenvolvido em parceria com o ITERRA apresenta especificidades decorrentes do perfil específico de seu público-alvo.

A primeira característica a destacar é a incorporação da *Pedagogia da Alternância*, sistema educativo desenvolvido pela experiência de escolas para famílias-agrícolas e pelo próprio

---

172 Os alunos provém dos três estados da região sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), dos estados de São Paulo e Minas Gerais (região sudeste), do estado da Bahia (região nordeste), do estado do Pará (região norte), e dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (região centro-oeste).

IEJC, que pressupõe a existência de dois tempos de ensino: o “tempo escola” e o “tempo comunidade”. O “tempo escola” é o período em que os educandos permanecem no estabelecimento de ensino, assistindo as aulas teóricas ministradas pelos educadores em regime intensivo, nos turnos da manhã e da tarde, entre segunda e sábado, em um período que contempla cerca de dois meses. Já o “tempo comunidade” se constitui no período em que os educandos retornam às suas comunidades de origem com a incumbência de enviarem aos professores os trabalhos avaliativos solicitados e aplicarem nas mesmas os conhecimentos adquiridos ao longo do período presencial. Disto depreende-se que o curso exige uma estrutura material que, para além de um curso regular, envolva alojamento e alimentação para educandos e educadores, além de uma organização diferenciada do espaço e do próprio tempo educativo.

Desta forma, o espaço escolhido para a realização do “tempo escola” localiza-se em um ambiente externo à UFFS. Trata-se do Instituto de Educação Josué de Castro, distante cerca de duzentos e vinte quilômetros do município de Erechim. Tal espaço foi escolhido não somente por suas condições materiais (alojamentos, refeitório, biblioteca, salas de aula, sala de informática, secretaria), mas também pela experiência já adquirida pela instituição e pelo próprio MST nos cursos em regime de alternância. Assim, o que se apresenta como uma novidade no contexto de uma universidade recém criada, é uma trajetória consolidada no que se refere à educação no âmbito dos movimentos sociais. Em outras palavras, promove-se a aproximação entre a organização tradicional do ensino e as experiências criadas a partir de outras realidades, para as quais o esquematismo rígido da educação superior nem sempre se mostra atento ou oferece respostas.

## **A ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA**

Aberta no segundo semestre de 2013, a turma de Licenciatura em História UFFS-ITERRA, como citado, manteve o currículo do curso de Licenciatura em História oferecido no Campus Erechim. Porém, incorporou a ele a ênfase na formação para a educação do campo, objetivo que diferencia a constituição desta turma para as demais ofertadas pelo Campus, através de estudos e práticas voltadas para a especificidade da Educação do Campo. O quadro docente também é formado majoritariamente pelos educadores que compõem o curso de Licenciatura no Campus Erechim, porém seu formato de aulas intensivas, nos turnos da manhã e da tarde, concentrando as disciplinas em um período de cerca de nove dias, permitiu agregar ao projeto a colaboração de docentes de outras universidades do país, como por exemplo a

Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Ceará (UFC), convidados para ministrar disciplinas específicas.

É também central neste processo a incorporação dos outros elementos do método pedagógico do IEJC, como a organização dos *Tempos Educativos*. Além do *Tempo Aula*, propriamente dito e regulado pelo currículo da universidade, os educandos organizam o seu dia e participam ainda dos tempos *Trabalho* (para manutenção e organização do Instituto), *Núcleo de Base* (para discussão organizativa), *Estudo e Cultura*.

Os tempos *Trabalho* e *Núcleo de Base* estão vinculados à organização do IEJC na forma de duas democracias, a *ascendente* e a *descendente*. A democracia *ascendente* diz respeito à organização geral da escola, às decisões e demandas que partem dos *Núcleos de Base* (NBs) chegando até a direção da mesma. Cada núcleo é composto por um determinado número de alunos (entre sete e dez), sendo a coordenação de tais núcleos dividida entre um educando e uma educanda. A composição, e, portanto, as coordenações de cada NB são alteradas a cada etapa, considerando critérios como estado de origem, idade, desenvolvimento escolar, etc. Cabe a cada NB zelar pelo efetivo cumprimento de sua atividade, bem como por controlar a presença dos educandos em sala de aula, justificando ausências e cobrando eventuais atrasos (cada NB responde solidariamente aos atrasos de cada um de seus integrantes, através da reposição e acompanhamento de atividades de estudo).

O conjunto de coordenadores dos NBs forma a *Coordenação da turma*, juntamente com dois *representantes*, novamente um educando e uma educanda, eleitos diretamente pela turma para um mandato de uma etapa. Estes coordenadores representam a turma na *Coordenação dos Núcleos de Base do Instituto*, onde estão também os representantes das outras turmas presentes no IEJC no período.

O ápice da democracia *ascendente* é o Encontro Geral, realizado mensalmente, onde são discutidos a prestação de contas econômica do mês anterior, o orçamento do mês seguinte e os problemas e desafios para o próximo período, expressos em metas da coletividade.

Já a democracia *descendente* parte das decisões tomadas no Encontro Geral chegando à organização nas unidades de produção e postos de trabalho, dizendo respeito, desta forma, às atividades de trabalho e produção dos educandos.

Cada Unidade de Produção é responsável pela execução de uma determinada tarefa: a limpeza e organização do espaço escolar; o trabalho na horta da escola, de onde provém parte da alimentação consumida pelos próprios alunos; o trabalho na padaria interna existente na escola, onde é feito o pão consumido por todos; o funcionamento do sistema interno de rádio,

ativado durante o período de trabalho, etc... Além disto, a própria organização financeira do curso (reembolso dos custos de deslocamento dos educadores, aquisição de provisões, etc...) é gerido por um grupo de alunos.

Quanto ao *Tempo Estudo*, ele é organizado pelo Coletivo de Acompanhamento Político Pedagógico do Curso, formado por educadores do próprio IEJC. Este tempo pode ser vivenciado individualmente ou através dos núcleos de base e é dedicado ao estudo de temas vinculados ao movimento social e/ou em diálogo com a História, e que não estejam cobertos pela grade curricular oficial. Por exemplo, na primeira etapa, os educandos estudaram o ofício do Historiador e sua relação com a “história dos de baixo”, a partir da obra de Eric Hobsbawm; em outra etapa, aprofundaram a vida e obra de Josué de Castro<sup>173</sup>, com cada NB apresentando uma de suas obras em forma de seminário para todas as turmas no IEJC. Também fizeram parte dos estudos: historiadores brasileiros; obras da História do Trabalho; questão agrária, etc.

Além do tempo estudo, o IEJC organiza seminários específicos, alguns propostos em conjunto pela própria turma, servindo como exemplos já ocorridos “A questão agrária no Brasil”, “Politecnia”, “Educação do Campo”, “Agroecologia”, “Formação do ser social”, “Gênero e f

Feminismo”. Ainda nestes tempos podem ser ofertadas oficinas para apropriação de alguma técnica, como normas de apresentação de trabalhos científicos, por exemplo.

O Tempo *Cultura* é ofertado todos os sábados à noite. Sua organização cabe a uma unidade de Produção da democracia descendente, a Unidade de Comunicação e Cultura, mas ele também incorpora os educandos nas proposições ou na organização deste tempo, que assume variadas expressões: saraus culturais, bailes, shows musicais dos próprios educandos, músicos convidados, teatros, sessões de cinema, etc.

O conjunto de atividades e tempos citados acima são ofertados durante o *Tempo Escola*, ou seja, o período em que os estudantes vivem em internato e estudam em período intensivo, manhã e tarde, para além da carga horária curricular, correspondente a um semestre, e realizado em Veranópolis. Já o *Tempo Comunidade*, é realizado no período em que se encontram em suas comunidades de origem no meio rural.

As atividades de Tempo comunidade podem ser diretamente complementares a alguma disciplina, como a elaboração de artigos ou a continuidade de determinados estudos. Ainda

---

173 Josué de Castro (1908-1973), médico e geógrafo, nascido em Recife, Pernambuco. Desenvolveu seu estudo sobre as causas estruturais da fome no Brasil e no mundo, sendo um árduo defensor da reforma agrária. Foi fundador e primeiro presidente do Órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

podem ser pesquisas em seus locais de origem sobre os temas estudados durante ou a etapa, ou então estudos relacionado com o conjunto do ofício do historiador, como, por exemplo, leituras dirigidas de obras da área de educação do campo ou história.

## A TURMA EDUARDO GALEANO

A partir da aprovação da criação do curso pelo Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária e pela UFFS, iniciou-se um processo seletivo para composição da turma, que previa a comprovação de vínculos com o Programa de Reforma Agrária, exigência do PRONERA. As 50 vagas ofertadas foram preenchidas, sendo ocupadas majoritariamente por educandos oriundos do Sul do Brasil, mas também de todas as outras regiões do país, inclusive os distantes norte e nordeste, de forma que dos 27 estados da federação e distrito federal, 10 possuem estudantes neste curso.

Entre os movimentos sociais do campo, a maioria dos estudantes é originário de acampamentos e assentamentos da reforma agrária organizados pelo Movimento Sem Terra (MST), porém, compõem ainda a turma, estudantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e Levante Popular da Juventude.

A partir da segunda etapa, a turma iniciou a discussão sobre sua própria identidade. Este processo, comum a todas as turmas do IEJC, tem como objetivo fortalecer vínculos e objetivos entre os educandos e educandas, construindo metas e símbolos coletivos. Após duas etapas de debates e reflexões, os educandos construíram o seguinte documento que sintetiza sua identidade:

*Nosso Objetivo: Formar um coletivo de historiadores do campo e da classe trabalhadora.*

*Os valores que buscamos e que nos referenciam: Reivindicamos os Valores da Classe Trabalhadora: esperança, confiança, coerência, solidariedade, indignação, compromisso, alegria, mística em forma de utopia e simbologia, e o internacionalismo.*

*Queremos nos afirmar como educadores populares e da classe trabalhadora. Por isso, nos comprometemos com a luta e com os movimentos sociais a que pertencemos e reafirmamos nossa pertença à classe trabalhadora.*

*Sejamos agitadores e protagonistas do novo.*

*Valorizamos a diversidade – de costumes culturais, ideias, movimentos sociais, regiões e estados – que compõem a turma e que se expressa em nossa mística militante e na expressão artística.*

*Lutamos para que “A universidade se pinte de povo”.*

Parte deste processo é a escolha de um nome para a turma, escolhida após longa discussão pelos próprios educandos e educandas. Neste caso, os educandos e educandas optaram por homenagear o jornalista uruguaio Eduardo Galeano, falecido no ano de 2015, entendendo que sua trajetória e sua obra representam o compromisso que a turma almeja com os movimentos sociais do campo, com a identidade latino-americana e com uma construção histórica “desde baixo”.

Em relação ao perfil dos estudantes do Campus Erechim da UFFS, Pereira (2015, p.194) identificou que em sua maioria eram os primeiros de suas famílias a chegarem ao ensino superior, com a predominância da ocupação agrícola entre os pais. Além disso, a realização do ensino médio em escola pública, a média de idade ao ingressar no curso (22,5 anos), uma pequena predominância feminina e, no caso dos estudantes dos cursos noturnos, exercerem atividade remunerada, são características que são comuns aos estudantes do Curso de Licenciatura “normal” UFFS-ITERRA.

Estas características permitiram que os estudantes desenvolvessem uma identidade em comum com seus colegas do Campus Erechim, como comprovado através de atividades de intercâmbio entre os dois espaços. Nas disciplinas de Teoria e Metodologia de História e Direitos e Cidadania, os professores propiciaram aulas conjuntas em Veranópolis com a participação de estudantes de Erechim. Em outro momento, os estudantes de Veranópolis participaram de um seminário sobre a educação e a educação do campo em conjunto com estudantes do Campus.

O que efetivamente constitui, então, o diferencial da turma Eduardo Galeano é sua vinculação com os movimentos sociais do campo e a vivência de um outro método pedagógico, oriundo destes movimentos, e que permite potencializar a “marca de origem” e o compromisso social da UFFS.

Esta combinação permite a produção de novos espaços de ensino-aprendizado e, portanto, da produção de conhecimento em outros parâmetros. Nestes casos se incluem a elaboração de um material didático sobre a questão agrária no Brasil e o histórico do Movimento Sem Terra, elaborado pela turma sob orientação da coordenação do curso, combinando pesquisa e elaboração. Ou ainda a realização de um pequeno inventário sobre os hábitos e a origem da alimentação dos estudantes das escolas onde foram realizados os estágios supervisionados, combinado com a discussão sobre a alimentação saudável e a soberania alimentar debatida pelo Movimento Sem Terra.

## **A TURMA “EDUARDO GALEANO” COMO MODELO PARA OUTRAS EXPERIÊNCIAS**

A materialização da turma Eduardo Galeano através da parceria entre UFFS e ITERRA ainda trouxe consigo um resultado que, se não pode ser creditado diretamente à sua existência, é, certamente, influenciado pelos caminhos traçados para sua efetivação. Trata-se do fato de que a partir da apresentação da proposta ao Conselho do Campus Erechim (primeiro inaugural para sua aprovação dentro dos caminhos burocráticos) e sua subsequente aprovação, novas turmas, dentro da mesma metodologia foram aprovadas e estão sendo desenvolvidas na Universidade Federal da Fronteira Sul. Já quando da aprovação da turma de Licenciatura em História, o mesmo edital do Programa Nacional de Educação na Educação Agrária aprovou uma turma do curso de Agronomia, em parceria entre a UFFS e o Instituto Educar (estabelecimento de ensino análogo ao IEJC, localizado no município de Pontão, no norte do Estado do Rio Grande do Sul), sendo que esta experiência foi ampliada, permitindo o ingresso de uma segunda turma dentro dos mesmos moldes. Ainda no campus Erechim, partiu-se para a construção de um curso todo em regime de alternância (experiência certamente mais ambiciosa) voltado à Educação no Campo, e que conta atualmente com um percentual majoritário de alunos indígenas, especialmente da etnia Kaingang.<sup>174</sup> Há ainda outra experiência dentro dos moldes da alternância desenvolvida no campus da cidade de Laranjeiras do Sul, no estado do Paraná, onde implantou-se uma turma para o curso de Economia.

## **A DESTERRITORIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Um dos principais – e mais evidentes – resultados da expansão do ensino público no Brasil é uma maior democratização do acesso a este nível de ensino. Isto pode ser percebido não somente pela criação de outras formas de ingresso que não os tradicionais vestibulares ou a criação dos sistemas de cotas sociais e raciais para grupos historicamente excluídos, mas também pela criação de instituições de ensino público federal a nível médio ou universitário em regiões do interior do país, onde até então tais instituições eram inexistentes. É evidente que tal movimento promova a inclusão de uma ampla gama de novos estudantes que de outra forma estariam alijados do ensino universitário, em uma ação cujos resultados exatos talvez só possam ser corretamente avaliados em um longo prazo.

---

174 O principal diferencial do curso de Educação no Campo, em relação ao projeto desenvolvido junto ao curso de Licenciatura em História, está no fato de que naquele, as aulas não acontecem em regime de internato de segunda a sábado, mas sim em determinados dias da semana ao longo do semestre.

Há, contudo, um fenômeno que talvez possa ser considerado inerente à sistemática do ensino em regime de alternância, que vai além da ideia de democratização ou ampliação do ensino universitário, e para o qual pouco se tenha observado, dada a pequena quantidade de alunos que fazem sua formação nesta sistemática quando comparada ao ensino tradicional. Trata-se de uma “desterritorialização do conhecimento acadêmico” promovida pela condução dos conhecimentos para locais – e também para portadores – historicamente distantes do universo acadêmico, e que levam tais conhecimentos para outros territórios. Em outras palavras, é a diferença entre o professor universitário ou formado pela universidade, sem maiores ligações anteriores com a comunidade na qual está se inserindo e que leva tal conhecimento, e o fato de formarmos professores historicamente inseridos na própria comunidade onde passarão a trabalhar uma vez formados.

Não trata-se, evidentemente, de imaginar que o ensino em regime de alternância, por si só, promova tal desterritorialização. Certamente há outras formas para chegar-se a tal resultado. Mas, para tomarmos um exemplo, a alternância, ao contrário de atividades extensionistas, pressupõe não uma intervenção temporária, atividades pontuais ou uma formação rápida que promoverá resultados sobre os quais pouco controle temos. Trata-se antes de promover a formação de uma mão de obra (em nosso caso, professores) cujas vidas estão intimamente ligados aos territórios onde exercerão sua atividade profissional. Em muitos casos, são alunos que nasceram em tais assentamentos, ouvindo dos pais as histórias do processo de luta pela conquista da terra, ou mesmo que participaram, ainda crianças, de tal processo: da preparação para as ocupações, dos embates, da resistência, da vida sob as barracas de lona em condições precárias, até chegar à demarcação e constituição do assentamento. A desterritorialização, desta forma, não deve ser confundida com processos de qualificação do magistério, algo sem dúvida importante. Trata-se antes de um processo onde procura-se fincar raízes permanentes para que o conhecimento acadêmico chegue a lugares outrora desprivilegiados, tal como os distantes assentamentos rurais dos quais provém boa parte dos alunos. Ou, se preferirmos, trata-se de propiciar que tais territórios, distantes dos territórios abençoados pelo saber acadêmico, tornem-se também locais onde este saber acadêmico se faça presente de maneira permanente através da prática profissional do aluno ali residente e que pode chegar ao universo acadêmico através do regime de alternância. Trata-se, sem dúvida, de uma perspectiva freireana.

Por outro lado, a prática da alternância, ao socializar responsabilidades e vivências, inclusive entre educandos e educadores, permite que também os saberes dos alunos, vindos de regiões distintas do país, sejam desterritorializados e reapropriados de formas diferentes por

colegas e educadores. Muito mais do que um simples choque ou encontro de culturas, trata-se de trazer para a escola, para as discussões, para o cotidiano das aulas as mais diversas tradições culturais de regiões tão distantes quanto a fronteira entre o Mato Grosso e o Paraguai, o sul do Pará, os sertões da Bahia ou a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. O período de aulas não é assim somente um período de estudos e discussões de textos historiográficos e pedagógicos, mas é também um rico período de trocas culturais que envolvem a poesia, a culinária, a dança, os ritmos, em momentos que podem ocorrer tanto nos encontros culturais das noites de sábado, nos momentos de reflexão que ocorrem no início de cada dia, ou mesmo de forma surpreendente durante o almoço coletivo. Aqui, não trata-se da desterritorialização do conhecimento acadêmico que transporta-se para o espaço do povo (neste caso, o assentamento), mas sim da desterritorialização do conhecimento e da cultura popular, que se reterritorializa em novos espaços através do compartilhamento e da convivência, mas que chega até a própria universidade, levada nos momentos de convivência entre a turma em regime de alternância e os educandos do regime normal, mas também pelos próprios educadores envolvidos no projeto.

Para o educador, ignorar esta parte do processo é perder um bom quinhão (talvez o melhor) da rica diversidade cultural que uma turma tão *sui generis* em suas origens pode proporcionar.

É evidente que, no caso específico em análise, este processo de desterritorialização do conhecimento acadêmico, bem como o processo análogo do conhecimento e dos saberes populares somente se materializa como resultado de um processo maior, onde a existência da turma Eduardo Galeano é um dos resultados visíveis. A desterritorialização dos conhecimentos – sejam eles populares ou acadêmicos – é antes de tudo fruto de um encontro buscado pelos movimentos populares em busca da presença da instituição pública de ensino superior em seu entorno. E como todo encontro, deve ser entendido como uma relação que não é livre de tensões de parte à parte. Afinal, séculos de distanciamento cultural entre a cidade e o campo, entre o litoral e os sertões, entre o popular e o acadêmico, não serão certamente sanados após cinco ou seis anos de atuação de uma instituição de ensino superior junto a uma determinada comunidade. E mesmo comunidades igualmente distantes dos tradicionais centros acadêmicos, mas também distantes entre si por vezes expressam estranhamentos uma em relação à outra. Seria ingênuo pensar que a aproximação entre a universidade e os movimentos sociais seja algo que agrade a todos os alunos que frequentam os cursos regulares ou mesmo a todos os professores que trabalham na instituição. Ignorar a força do conservadorismo na sociedade seria, antes de mais nada, um exercício de verdadeira cegueira saramagueana.

Da mesma forma, é necessário estar atento para que a tradicional desvalorização dos saberes populares não seja um fantasma a assombrar os alunos vinculados à alternância. Não trata-se aqui de um mero exercício de autoestima, de detectar um “coitadismo” a ser sanado com práticas patriarcalistas ou clientelistas, mas de entender que as estruturas de uma sociedade tradicionalmente conservadora, patriarcalista e preconceituosa não se esfumam do dia para a noite. Suas práticas são feitas de rótulos, de categorizações, de hierarquizações, normalmente impostas de cima para baixo, reproduzindo os valores socialmente consagrados como “modernos”, “dominantes”, “legítimos”, deixando aos excluídos o papel de “patinhos feios”.

Cabe aqui referenciar novamente os valores buscados coletivamente pela turma Eduardo Galeano, para entendermos como esta desterritorialização do conhecimento materializa-se na prática. “Pintar a universidade de povo” em uma sociedade historicamente conservadora, onde o conhecimento e o acesso à ciência sempre foram um dos tantos elementos de distinção social não é mera retórica vazia. Trata-se antes de levantar uma velha questão: para quê e para quem serve teu conhecimento? Pintar a universidade de povo em uma sociedade cujos reflexos do escravismo imposto por britânicos e portugueses ainda se refletem nas ruas, nos índices de jovens negros e brancos assassinados ou encarcerados comparados aos mesmos índices de jovens nas universidades, é, antes de tudo, uma proposta que, se levada a cabo, traz consigo um grande potencial de transformação. Transformação que envolve, sim, desterritorializar, retirar, despejar o conhecimento científico dos lugares de sua produção e permitir que ele atinja lugares tão distantes quanto as reservas indígenas, os assentamentos e reassentamentos da reforma agrária ou os espaços não formais de educação. Da mesma forma, reivindicar os valores da classe trabalhadora, da solidariedade, do compromisso e do internacionalismo, e se assumir enquanto “educadores populares e da classe trabalhadora, comprometidos com a luta e com os movimentos sociais” corresponde também a uma afirmação de identidade.

Ora, sabemos que toda afirmação de identidade pressupõe um lugar a partir do qual tal identidade se faz válida e do qual outras identidades são vistas. Certamente, um dos grandes méritos da metodologia baseada na pedagogia da alternância está no fato de que há o respeito e a valorização da identidade camponesa de cada educando. Com efeito, ainda que se imagine que os alunos podem (e devem) buscar saltos maiores em seu futuro, na forma de estudos de pós-graduação, o horizonte de expectativa do curso está na formação de um conjunto de docentes que, imbuídos de uma identidade camponesa, tenha na atividade docente junto aos assentamentos rurais seu foco. Em outras palavras, a existência prévia de uma identidade camponesa no conjunto dos educandos e educandas é reforçada por outra identidade, de caráter

mais local, que diz respeito ao próprio assentamento do qual o educando provém. Mais do que um educando, o aluno é também um “enviado” por parte da comunidade onde reside, e que deverá receber o retorno deste verdadeiro investimento simbólico sob a forma de uma maior qualificação no corpo docente das escolas dos assentamentos.

A afirmação desta identidade camponesa, sem dúvidas, está também atrelada à manutenção de uma identidade popular, expressa não somente na divisa “que a universidade se pinte de povo” expressa pela turma na expressão do conjunto de valores que lhe norteia, mas também na manifestação do desejo por parte dos alunos de se afirmarem enquanto educadores da classe trabalhadora, pela valorização da cultura popular e dos valores que norteiam os movimentos sociais dos quais provém.

Há um momento no dia a dia dos educandos que expressa muito bem esta opção pelos valores populares, pela manutenção de sua identidade camponesa, pela solidariedade e pelo internacionalismo. Trata-se da “mística”, momento que ocorre após o café da manhã tomado coletivamente no refeitório da escola. A realização deste momento é sempre função atribuída a um determinado NB, constituindo-se em uma atividade que envolve elementos de música, teatro, poesia, e, como não poderia deixar de ser, da história, tanto de forma geral quanto da história dos movimentos populares aos quais pertencem e de seus lutadores. Ao mesmo tempo, os acontecimentos atuais que envolvam a política, a cultura, o meio ambiente são objeto de reflexão neste momento (cuja duração é de 10 a 20 minutos), evidenciando a percepção de que a história e o momento presente são elementos indissociáveis, em uma construção que se dá no cotidiano, nas lutas de cada movimento, mas também nas tensões, nas contradições e nos movimentos da própria história.

Por fim, deve-se destacar que a identidade popular e camponesa do grupo é expressa por um elemento simbólico que se faz presente nos momentos de aula, de mística e celebração: trata-se de enxadas, foices, sementes, chapéus de palha e outros instrumentos associados à vida camponesa mas também aos movimentos sociais do campo, que dividem espaço com frutos colhidos na horta da própria escola, com instrumentos musicais e com livros sobre a história dos movimentos sociais, das lutas camponesas no Brasil e no mundo, ou mesmo com obras clássicas da historiografia. A presença destes elementos de forte simbolismo em sala de aula não é, certamente, uma presença vazia. É, antes, o dispositivo sempre presente a lembrar a todos – educadores e educandos – de suas origens, de seus objetivos e dos porquês que envolvem a existência daquela coletividade. E, a partir do momento em que estes alunos levarem para suas comunidades, para as escolas de seus assentamentos, a bagagem de aprendizados

assumidos no tempo comunidade, efetiva-se a desterritorialização do conhecimento na medida em que os alunos – muitos deles já educadores – aplicam tais conhecimentos nas escolas em que trabalham.

Não tenhamos dúvidas, dito isto, que a educação é, para este conjunto de educandos, um fato político.

## CONCLUSÃO

Desta forma, este trabalho pretende apresentar esta experiência desenvolvida no sul do Brasil, onde uma universidade recentemente fundada e os movimentos sociais assumiram a responsabilidade de conduzir um curso de formação de educadores em história dentro de parâmetros diversos aos cursos presenciais, materializando assim não somente uma experiência alternativa aos cursos regulares, mas também possibilitando a alunos que, de outro modo, não teriam acesso ao ensino superior, possam efetivamente materializar sua formação, colaborando assim para uma efetiva democratização do ensino superior no Brasil. Aqui, acreditamos que a reflexão teórica da Educação Histórica, com especial destaque para o incentivo à aprendizagem dos alunos no nível superior considerando as suas experiências concretas (de integrantes de um movimento social com ampla capacidade de mobilização), favorece a compreensão do sucesso do curso de Licenciatura em História (dado seu baixo nível de evasão) e do bom aproveitamento desses alunos (poucos índices de reprovação). A construção da consciência histórica desses alunos de nível superior está inegavelmente marcada por sua participação no movimento social dos Trabalhadores Sem Terra e outros movimentos sociais, trazendo igualmente desafios aos professores que atuam na formação dos licenciandos. Essa experiência na formação de futuros professores de História merece destaque, nos levando a refletir sobre diferentes possibilidades de formação de professores em curso Licenciaturas de História.

## BIBLIOGRAFIA

CALDART, Roseli et al. *Escola em Movimento no Instituto de Educação Josué de Castro*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ITERRA. *Projeto Pedagógico do Instituto de Educação Josué de Castro*. Veranópolis, RS: Cadernos do ITERRA, Ano I, n.º 2. maio de 2001.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. *Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições: a experiência do Alto Uruguai Gaúcho*. Curitiba: CRV, 2015.

UFFS. *Relatório das atividades e resultados atingidos*. Grupo de trabalho de criação da futura universidade federal com campi nos estados do PR, SC e RS. março de 2008.

UFFS. *Projeto Pedagógico do Curso de História-Licenciatura (ITERRA), campus Erechim*. Erechim, 2013.